

CULTURAS LETRADAS, EXPERIÊNCIA E ENSINO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL (1870-1924)

LITERARY CULTURES, EXPERIENCE AND EDUCATION: AN ANALYSIS OF TEXTBOOKS ON THE HISTORY OF BRAZIL (1870–1924)

ALEXANDRA LIMA DA SILVA*

RESUMO

O presente trabalho analisa a relação entre o florescimento do mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro e o significativo investimento na publicação de livros didáticos, particularmente dos manuais didáticos de História do Brasil, tendo como aportes teóricos a noção de experiência, a luz das contribuições teóricas do historiador inglês Edward Palmer Thompson. Procura refletir sobre os significados da produção de livros didáticos no interior de transformações mais amplas, considerando a expansão do ensino público e a popularização da cultura letrada na cidade, ampliando o acesso à educação, produção e difusão de textos impressos.

PALAVRAS-CHAVE: : Livros didáticos. Experiência. Cultura letrada.

ABSTRACT

This paper examines the connection between the flowering of the publishing market in the city of Rio de Janeiro and the significant investment in the publication of textbooks, particularly of textbooks on the History of Brazil, having as theoretical framework the notion of experience, the light of the theoretical contributions English historian Edward Palmer Thompson. Seeks to reflect on the meanings of the production of textbooks within broader transformations, considering the expansion of public education and popularization of literary culture in the city, expanding access to education, production and dissemination of printed texts.

KEYWORDS: Textbooks. Experience. Literate culture.

Por quê investir em livros didáticos num país tido como analfabeto e pouco instruído? Quais lucros a produção de obras didáticas traria para o comércio livreiro se não havia “um público consumidor” num país repleto de “iletrados e pobres” por todos os lados? É possível falar em um “mercado editorial” neste momento e, em particular, isso se aplicava aos livros didáticos? Através de fontes variadas, tais como livros didáticos, catálogos e almanaques de editoras, anúncios em periódicos, dentre outras, este estudo busca compreender o investimento na publicação de livros didáticos de história no bojo da ampliação da cultura letrada no Rio de Janeiro, desde meados do século XIX às décadas iniciais do século XX.

A periodização do presente trabalho é fruto das reflexões oriundas do próprio processo de pesquisa, que inicialmente, trabalhou com um recorte mais amplo, abarcando o período de 1854-1931. Todavia, ao problematizar algumas escolhas, fazendo novas perguntas e questionamentos, fez-se necessário refletir sobre os significados da produção de livros didáticos no interior das transformações mais amplas, considerando a expansão do ensino público e a popularização da cultura letrada na cidade, ampliando o acesso à educação e a produção e difusão de textos impressos por outros grupos sociais que não as elites.

Avançando a pesquisa pude observar que a partir de 1870 houve uma progressiva expansão no ensino (público e particular) e principalmente, o ensino para as classes elementares amplia-se significativamente, com uma vulgarização do conhecimento histórico via livros didáticos de história do Brasil. Tais evidências de investimentos em livros didáticos justificam-se como parte das lutas e projetos de reformas na instrução “para o povo”. Neste período notei também o florescimento do mercado editorial de livros didáticos e populares na cidade do Rio de Janeiro intrinsecamente relacionado à inserção de outros sujeitos nas práticas da cultura letrada na cidade. Por isso, este

trabalho busca pensar de que maneira o aumento na oferta de instrução formal representou uma ampliação dos públicos leitores na cidade do Rio de Janeiro, pensando as distintas experiências em torno da educação, edição e difusão dos livros didáticos no Rio de Janeiro entre 1870-1924.

Por sua vez, na década de 1920 evidencia-se um aumento significativo no número de habitantes da cidade do Rio e a consolidação do declínio no número de analfabetos, menor que a população alfabetizada na cidade. Além disso, neste momento temos uma produção de livros didáticos com características diferentes da segunda metade do século XIX, pois há indícios de um processo de massificação com um aumento no número de tiragens dos livros, na casa de 10.000 exemplares por edição. A busca pelo barateamento da produção e dos preços do livro didático se apresenta na estrutura gráfica voltada para públicos diversificados, incrementando em formato, métodos e renovação da linguagem com uso de ilustrações, mapas e outras inovações.

A produção de livros didáticos neste período não era “artesanal”, como muitos afirmam, e atentar para a existência de outros sujeitos envolvidos na produção didática é crucial para a compreensão das dinâmicas e transformações no negócio de livros no Brasil, que pelo visto, interessava a muitos, e não apenas aos 3 livreiros mais importantes como muitos estudos defendem. Uma vez que a presente pesquisa tem como preocupação uma história social, e utiliza como categoria fundamental cultura enquanto modo de vida, de luta, e não uma instância isolada dos conflitos e experiências dos sujeitos. Cultura é pensada aqui na acepção de E. P. Thompson, ou seja, em relação à noção de experiência social, considerando homens e mulheres como sujeitos sociais que experimentam suas situações e relações sociais enquanto necessidades, interesses e com antagonismos, e que em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura com complexidade, para só então, agir sobre uma situação dada, experimentando não apenas

como ideias no âmbito do pensamento, mas também como sentimentos, normas, valores, obrigações que se exprimem em ações e também como resistências.

Em relação aos trabalhos sobre livros didáticos de história do Brasil, muitas são as áreas do conhecimento (comunicação, história, educação) e correntes teóricas que se propõem a pesquisá-los. Dada a infinidade de trabalhos acadêmicos sobre este objeto, me deterei àqueles que se propõem a trabalhar com recortes cronológicos próximos aos meus, entre finais do século XIX e inícios do XX. Circe Bittencourt analisa a construção do saber escolar em livros didáticos de História referentes ao período da criação das primeiras escolas públicas elementares e secundárias até os anos iniciais da República.¹ Aludindo a toda produção nacional, seu trabalho é uma importante contribuição, sobretudo por perceber o objeto em suas múltiplas dimensões, apontando para as articulações entre Estado e mercado editorial e para a complexidade dos domínios que envolvem o livro: mercadoria/ instrumento de ensino/ veiculação de ideias e valores.

Arlete Gasparello² procurou fazer uma “história dos livros didáticos de História do Brasil”, acompanhando a configuração da disciplina escolar no ensino institucional secundário brasileiro, tendo como foco de análise o Colégio Pedro II e os programas de ensino da história nacional.

Por outro lado, há análises específicas sobre autores de livros didáticos, como as sobre Rocha Pombo,³ João Ribeiro,⁴ entre outros. Selma Mattos,⁵ por exemplo, destaca a vida e obra de Joaquim Manuel de Macedo, sobretudo em suas funções de secretário do IHGB e de professor do Imperial Colégio Pedro II. Conceição Cabrini⁶ optou por abordar um autor de cartilhas escolares, Felisberto de Carvalho, o situando dentro dos projetos educacionais e mudanças ocorridas a partir do século XIX. A autora defende a ideia de que os livros didáticos de

“longa duração” sustentaram projetos políticos-educacionais, constituindo “um importante elemento na constituição de mentalidades de várias gerações”. Diferente de Bittencourt, Cabrini analisa o livro didático essencialmente enquanto veículo transmissor e divulgador de ideias e projetos políticos, não apontando outras dimensões que o compõem.

O presente trabalho insere-se numa perspectiva teórica da História Social, num compromisso de dar visibilidade a outros sujeitos de “fora” dos grandes temas consagrados pela historiografia oficial, numa preocupação com a compreensão dos nexos e das relações sociais existentes na atividade humana. Optou-se por explorar as articulações entre cultura letrada e ensino de história na cidade do Rio de Janeiro, compreendendo a leitura e a escrita como dimensões da experiência social e como campo de tensão entre grupos.⁷

Em torno das perspectivas da história social, pensamos o livro didático não como um objeto estanque, mas inserido nas articulações e relações sociais que o produziram, buscando conforme sugere Cruz, os múltiplos usos sociais da “cultura letrada” em grupos sociais distintos:

Nessa conjuntura, a difusão e ‘popularização’ da cultura letrada via processos como a escolarização em massa, o desenvolvimento da linguagem comercial da propaganda e a formação de uma imprensa comercial colocam-se como questões importantes para a compreensão das novas redes de comunicação social na metrópole e das relações de poder aí emergente.⁸

Deste modo, é possível pensar o acesso ao livro didático e ao universo da cultura letrada como uma possibilidade de ampliação de direitos de cidadania, vislumbrados com o ingresso em escolas, dentre outros, como manifestações de luta e expressão de embates em torno da educação “para o povo”. Neste ponto, analisamos o aumento da oferta de ensino, e da produção de livros didáticos, enquanto fruto de pressões

de sujeitos que reivindicavam uma ampliação por participação política e social, uma vez que o domínio das letras significava muito neste sentido. Não interpretamos, portanto, tais conquistas como doações espontâneas vindas de “cima” ou como fruto de um progresso material e técnico que fez proliferar também a oferta de livros e informações.

As demandas sociais que levaram à expansão do ensino público representavam também lutas por melhorias nas condições de ensino, seja na construção de novas escolas, seja no envio de livros didáticos de qualidade para as escolas das freguesias menos “nobres” da cidade.⁹

No que tange ao “público leitor” de livros didáticos, é importante refletir sobre a possibilidade de uma ampliação e diversificação do público leitor de um modo geral, extrapolando as instituições de ensino oficiais da época, indicando com isto o desenvolvimento de diferentes modos e usos da leitura a partir do século XIX, concebendo os livros didáticos para além do universo escolar, incluindo, assim, os usos realizados pelas camadas populares, como por exemplo, alunos de cursos noturnos, leitores autodidatas, como apreendemos nas intenções de alguns autores e editores de livros didáticos, que buscavam produzir livros acessíveis à “gente comum”, uma vez que para alguns:

O conhecimento da historia de um povo não se adquire rapidamente no decurso de um ano escolar: nesse período aprende o que mais importante nela se observa. Aliás, para o comum dos homens para os que se não destinam a cultores extremados da evolução de seu país, não é necessário o relato minucioso dos fatos de sua historia. Dá-se - lhes, nestes casos, uma noção dos principais acontecimentos fazendo ressaltar os tipos eminentes que neles figuraram.¹⁰

Conforme Thompson, as classes trabalhadoras não eram simples presas de forças históricas externas e determinantes, tendo desempenhado um papel ativo e essencial na criação de sua própria história e na definição de sua própria identidade cultural:

O autodidata tinha, muitas vezes, um entendimento desigual e difícil, mas era seu. Como tinha sido obrigado a encontrar seu próprio caminho intelectual, pouco tomou de empréstimo: sua mente não se movia dentro da rotina estabelecida de uma educação formal.¹¹

Todavia, as camadas populares não apenas “consumiam” os livros. Analisando a trajetória dos próprios autores de livros didáticos de história, observa-se que as experiências e motivações destes eram bastante distintas. Os autores de livros didáticos e livros de cunho mais popular não eram apenas “homens de letras” ou membros de uma elite intelectual e econômica. Muitos dos autores (e autoras) provinham de classes menos favorecidas, o que ajuda na compreensão da escrita de livros didáticos numa dimensão de lutas e embates, concebendo o acesso das classes populares à cultura letrada como possibilidade de “fazer comunicável sua memória e experiência”.¹²

Neste sentido, tomo de empréstimo a noção de experiência conforme pensada por Thompson como categoria importante para não homogeneizar ações onde:

homens e mulheres também retornam como sujeitos (...) não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida, ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (...).¹³

A escolha das fontes foi feita no sentido pensar a relação estabelecida com o presente, a fim de modificá-lo, na perspectiva de que a maneira como “enxergamos” o passado é mutável, pois “é o presente que questiona e faz as intimações”.¹⁴

Os registros da experiência social utilizados como fontes neste trabalho foram analisados com a preocupação de não homogeneizar as experiências dos sujeitos envolvidos nas tensões e disputas em torno da elaboração dos livros didáticos de história do Brasil, num sentido de não

fazer uma “história da leitura”, ou “história do livro”, mas inserindo a produção de livros didáticos no âmbito das lutas e relações sociais mais amplas da vida urbana naquele momento histórico.

As perguntas feitas às fontes seguem o movimento de vislumbrar as possibilidades no fazer das pessoas, para afirmar “isto pôde (e pode) ser feito,”¹⁵ sobretudo na localização de documentos que permitiram identificar outros sujeitos, questionando esquecimentos, silêncios, evidenciando diferentes memórias.¹⁶

Além dos livros didáticos, outras fontes foram pesquisadas, tais como memórias, notas publicadas na imprensa, catálogos de editoras, programas de ensino, planos de reforma da instrução, periódicos, etc, com a preocupação de buscar registros que respondessem sobre os vários aspectos que julgamos importantes e interligados, e que não estavam separados. Tais registros são fundamentais para que não esqueçamos os sujeitos que participam desse processo, atentando para as pistas sobre usos e apropriações dos livros didáticos por professores e alunos (percebidas por meio dos livros e também memórias e literatura), além das concepções e conteúdos históricos em livros didáticos elaboravam e vulgarizavam.

Os livros didáticos foram localizados em locais diversos, tais como Colégio Pedro II, IHGB, Biblioteca Nacional e sebos especializados em livros raros. Muitos títulos foram localizados em catálogos de editoras, mas não foram encontrados alguns exemplares e sabe-se de sua existência exatamente pela análise dos catálogos e anúncios. O desaparecimento destes livros deve ser interrogado e inserido nas reflexões sobre os esquecimentos produzidos no próprio fazer histórico. Neste ponto, a preocupação é não minimizar as experiências dos diferentes sujeitos em questão. Explorar os livros didáticos em seus títulos, prefácios, dedicatórias, número de páginas, ilustrações, linguagem, preços, forneceu indícios preciosos na localização e articulação entre os

envolvidos na produção didática de livros de história do Brasil, indicando transformações e permanências neste processo entre 1870-1924.

Já os periódicos e legislação foram importantes para compreender os espaços de divulgação dos livros didáticos, bem como a atuação de autores, editores e livreiros no sentido de melhor se posicionarem no mercado, buscando maior credibilidade junto ao público, anunciado não somente as “novidades”, como também, enfatizando-se “os preços módicos”, ao “alcance de todos”.

Em relação à legislação escolar, a tomamos com campo de expressão e lutas sociais, atentando que os programas passavam por rigorosa seleção e avaliação dos conteúdos considerados importantes. Em relação ao ensino de história, considerava-se a que fosse “mais digna” de ser conhecida e memorizada pelos alunos.

Culturas letradas na cidade do Rio de Janeiro

Um dos princípios norteadores do presente trabalho foi tentar apreender a produção de livros didáticos a partir das articulações dos sujeitos e instituições: autores, livreiros, editores, impressores, tipógrafos, escolas (o que inclui professores, alunos, diretores), pensando com isso uma expansão do ensino e mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX. Neste processo, as mudanças não ocorreram somente a partir de leis e decretos, sendo importante considerar os movimentos diversos dos sujeitos, em suas ações, lutas e estratégias diversas, tais como aproximações, contatos, associações, dentre outras. Penso com isto uma rede articulada em torno da produção de livros didáticos, e de como isto representou uma difusão nos usos e alcances dos mesmos e no florescimento de um mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro.

Através da análise e articulações do livro didático junto a redes de comunicação social e linguagens, o concebo como algo complexo,

atingindo diferentes públicos e fins, na perspectiva indicada por Maciel, pensando a emergência de uma cultura de massa sustentada pela articulação entre ampliação das redes de ensino e dos meios de comunicação, compondo com isto, uma “ampliação dos circuitos de comunicação social no Rio de Janeiro,” a partir da “formação de novos grupos produtores (autores, editores, jornalistas) e difusores (livrarias, bibliotecas, associações, escolas) de materiais impressos de natureza diversa (livros, folhetos, periódicos)”¹⁷

Proponho com isto analisar a relação entre “cultura letrada e cidade,”¹⁸ uma vez que a cidade do Rio de Janeiro já em meados do século XIX apresentava uma série de especificidades em relação ao restante do país, com uma crescente expansão na rede de ensino, e uma crescente e gradual queda no percentual de analfabetismo.

Segundo o censo de 1870, mais da metade da população do Rio de Janeiro era considerada analfabeta. Em 1890, havia cerca de meio milhão de pessoas na cidade, o dobro em relação a 1870. Deste meio milhão, 57,9% dos homens e 43,8% das mulheres foram registrados como alfabetizados, o que representava em termos numéricos cerca de 270 mil pessoas capazes de ler e escrever. Em 1924, num universo de 1.157.141 de habitantes, 61,1% das pessoas eram alfabetizadas, superando o número de “iletrados” na cidade.¹⁹ Estas taxas eram as mais baixas do país e mostram o crescimento contínuo da população alfabetizada no Rio de Janeiro que, em princípio, já dominava as primeiras letras ou, pelo menos, podia ler e ter acesso a textos impressos.

Com isto, tenho a preocupação de compreender o crescimento no número de pessoas alfabetizadas naquele momento como uma das formas de luta da população na participação não somente nas eleições, uma vez que ser alfabetizado era condição para tanto, mas também, enquanto parte da luta pela melhoria nas condições de vida, ampliando-se o acesso aos direitos de cidadania. Tal crescimento não deve ser

interpretado como uma “benesse para o povo”, mas como uma conquista em meio a disputas e embates travados historicamente.

Acompanhando as discussões parlamentares e artigos saídos na imprensa, a questão da instrução pública estava na ordem do dia e ganhava visibilidade por meio de diferentes projetos e iniciativas que propunham a necessidade de reformar o ensino e lutar contra o analfabetismo, dentre outras.²⁰

Afinal, para quê e para quem serviria a instrução? Em torno destas questões havia muita dissonância, uma vez que para uns, a instrução era sinônimo de luta, resistência e ascensão social, ao passo que para outros, era defendida enquanto um privilégio para poucos, demarcadora de lugares sociais.

A instrução na cidade do Rio de Janeiro em finais do século XIX era composta por escolas públicas, particulares, além da experiência das escolas mantidas por associações de classe, voltadas para um público diversificado. Observando os dados estatísticos sobre o número de as escolas existentes no Distrito Federal sabemos que em 1892 eram 120 as escolas primárias e 5 as escolas secundárias públicas, dois internatos para menores, a Escola Normal, além de 85 estabelecimentos privados de ensino primário e 58 de instrução primária e secundária.

No ano seguinte, o número de escolas públicas elevou-se para 150, em 1897 já eram 154 escolas, que aumentam para 274 em 1907 e 295 em 1910. Especificamente para o ensino de adultos existiam desde 1893, cursos noturnos para os maiores de 14 anos de ambos os sexos, criados em algumas escolas primárias, de preferência perto de fábricas. Em 1907 o ensino noturno foi reorganizado e expandido, existindo 11 escolas que funcionavam à noite. A partir de 1912 os cursos noturnos passaram a atender também as mulheres e o número de escolas aumentou para 21.²¹ Existiam renomados colégios voltados para a instrução de meninos e

meninas, sob as formas de internato e externato, sendo boa parte destes situados em bairros como Botafogo, Laranjeiras e Centro.

Em relação ao número de alunos matriculados, segundo o Censo de 1872 havia 10.100 indivíduos matriculados nas escolas públicas e particulares, o que representava 20% das crianças livres. Já em 1876 foram registrados 14.257 alunos matriculados. Em inícios da década de 1880, existiam 18.804 alunos regularmente matriculados nas escolas, 8.740 em escolas públicas e, 10.064, em escolas particulares.²²

Entretanto, segundo Silvia Danazio, apesar do crescimento da rede formal de ensino, a freqüência às aulas manteve-se baixa, e “apenas cerca de 60% dos alunos matriculados compareciam às aulas”.²³

O investimento na abertura de escolas elementares foi maior em relação às escolas secundárias. Se em 1869, havia 230 escolas secundárias e 3.723 escolas elementares, em 1889 temos um aumento no número de escolas elementares, 266.084 e somente 138 escolas secundárias.²⁴

A rede particular oferecia também colégios “para meninas”, dirigidos por “respeitadas e dignas” senhoras, da mais alta competência e segurança dos pais, como procuravam fazer crer os anúncios de colégio para moças.²⁵ Havia também, projetos e iniciativas de instrução popular, sobretudo no que se refere à alfabetização de adultos e instrução primária, se constituindo gradualmente, em função das crescentes demandas e pressões no sentido de ampliação de direitos.²⁶

Neste aspecto, temos os vários cursos noturnos para adultos criados por iniciativa de instituições mantidas por “cidadãos filantropos” preocupados em “educar” os pobres em geral e os trabalhadores em particular, como o do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, criado em 1856, instituído para “ministrar a educação elementar aliada ao ensino técnico-profissionalizante de adultos e jovens”²⁷ mas que continuou ampliando suas atribuições e públicos:

Este patriótico, gratuito e utilíssimo estabelecimento, cujos beneméritos professores lecionam sem a menor retribuição, foi promovido pelo arquiteto Bittencout da Silva em 23/11/1856 e inaugurado no dia 9/1/1858, no consistório da igreja matriz do santíssimo sacramento; funcionou na igreja de S Joaquim por espaço de 19 anos. Contando já 24 anos de existência, tem prestado ao povo, e principalmente às classes operarias, utilíssimos serviços. Além das aulas publicas de ciências applicadas, que já funcionam com a maior regularidade, e das do ensino do sexo feminino inauguradas a 11/10/1881, espera abrir brevemente como máximo empenho oficinas para o ensino pratico dos seus alunos. O curso de suas aulas começa anualmente na 1ª quinzena do mês de março e termina no ultimo de novembro. Instituído no próprio nacional, a Rua da Guarda velha, 3 e 5.²⁸

Existiam outras instituições semelhantes, tais como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a Sociedade Propagadora das Belas Artes e a Sociedade Propagadora da Instrução aos Operários da Freguesia da Lagoa, apenas para citar algumas iniciativas. Entretanto, existiram inúmeras experiências de associações de trabalhadores que elaboraram projetos de instrução “para os trabalhadores e seus filhos”, num movimento que partia dos próprios trabalhadores diversos (tipógrafos, comerciantes, Caldeireiros de Ferro, operários, etc).²⁹

A partir dos anos 1870 começaram a surgir também cursos noturnos voltados para públicos específicos, como o oferecido pelo Bacharel Mata de Araújo especialmente para o “professorado e público das primeiras letras,” ou ainda, escolas criadas pelas mais diversas iniciativas e localizadas em diferentes partes da cidade, oferecendo ensino gratuito para a “classe desprovida”:

Escola Noturna Gratuita da Chancellia. Esta escola conta mais de 2 anos de existência. Tem o caráter popular, pois que ensina as classes da freguesia mais desprovidas da fortuna. Em seu seio admite pessoas de todas as nacionalidades e condições. Ensina pelo método de leitura da cartilha material de João de Deus e tem preparado por esse método grande número de alunos. Ensina as matérias elementares de instrução primária mais necessárias as classes proletárias. No seio da escola são banidos todos os preconceitos, e só tem importância o merecimento do aluno, quer no aproveitamento, quer na conduta moral.³⁰

É preciso considerar que embora o aumento na oferta de cursos e escolas para a instrução formal seja fundamental para compreender a expansão do letramento entre grupos sociais, ela não foi o único determinante na ampliação do público leitor, para o que contribuem outras experiências como a difusão de jornais e revistas, a criação de bibliotecas, etc. Vale ressaltar, também, que os livros didáticos analisados neste trabalho são aqueles destinados ao ensino de história do Brasil, o que nos leva ao entendimento de que os públicos aos quais se destinavam já dominavam as primeiras letras, ainda que nem sempre estivessem matriculados em escolas ou cursos regulares.

Pude observar também que muitos autores de livros de História pretendiam atingir pessoas que não necessariamente frequentavam os bancos escolares, pois incluíam entre os seus destinatários os “homens simples do povo”, expressando talvez as inúmeras possibilidades abertas pelo autodidatismo nas camadas populares.

Em relação às escolas particulares, observamos que muitos proprietários e diretores de escolas eram também autores de livros didáticos, o que sugere uma importante articulação que poderia servir como atestado de excelência das escolas particulares. Para citar alguns casos, temos: “Colégio de instrução primaria de meninos internos e externos, dirigido por Antonio Maria Barker autor e proprietário de uma coleção de compêndios (...)”;³¹ Luíza Carolina de Araújo Lopes, diretora do Colégio de Meninas Santa Luzia, autora de Lições de Geografia particular do Brasil, em 1877.

Ou ainda, Abílio Borges, o Barão de Macaubas, dono de vasta produção didática, diretor da Instrução Pública da Bahia, e também dono do colégio Abílio da Corte “sob a alta inspeção do barão de Macaubas”.³² Essas relações entre os espaços de atuação e a produção dos livros didáticos eram realçadas nas propagandas e anúncios:

Livros do Dr. Abílio. À venda nas principais livrarias 1,2,3, 4 e 5 livros de leitura; novo 1º livro de leitura (leitura universal). Livro do Povo ou silabário popular; gramática de português; gramática francesa, desenho linear, ou geometria prática popular ou cantos escolares; solfejo, método seguido de um compêndio de música; leitura em voz alta, Lusíadas, de Camões (edição especial escolar de Abílio) Método de Ahun para o ensino prático e fácil do francês.³³

Em relação à instrução pública, ao mesmo tempo em que instituições de ensino como o Colégio Pedro II desfrutavam de livros didáticos elaborados especialmente para seus alunos, por outro lado, “o mestre da roça” e professores de freguesias afastadas do centro queixavam-se das inúmeras dificuldades enfrentadas em seu cotidiano de trabalho. Tais manifestações eram feitas em periódicos diversos, eventos pedagógicos ou por meio do envio de cartas aos secretários de instrução e órgãos públicos.

Se por um lado, os dados estatísticos ajudam na compreensão do aumento no número de escolas existentes, estes não dão conta das vozes e gritos dos professores no sentido de melhorias no ensino e nas suas condições de vida e trabalho. Neste sentido, a existência de cartilhas e livros didáticos diante desta realidade poderia ajudar não apenas na aprendizagem do aluno, mas talvez representasse um auxílio na própria prática docente.

A partir da expansão do ensino público, a preocupação com a carência de livros e compêndios de ensino nas escolas motivou frequentes reclamações nos diversos relatórios enviados à Inspeção Geral da Instrução. Em um relatório feito por Abílio César Borges (Barão de Macaúbas) na condição de Diretor da Instrução da Bahia, este reclamava da carência de livros e compêndios para a melhoria das aulas e do ensino.³⁴ Para amenizá-las, as autoridades organizaram prêmios e incentivos para a produção de livros didáticos.³⁵

Apesar da crescente oferta da rede formal de ensino, apuramos que as escolas maiores e melhor estruturadas concentravam-se em áreas

específicas, as mais “nobres” da cidade. Nas demais, o ensino ficava a cargo de pequenos estabelecimentos privados ou públicos de ensino, normalmente na própria casa do professor. O “mestre,” muitas vezes leigo, utilizava também o livro didático para auxiliar na sua própria formação.

A ação dos professores na imprensa tinha como pautas constantes a bandeira da instrução pública enquanto “a primeira necessidade dos povos,” com destaque principal para a instrução primária, “a mais negligenciada de todas, a base indispensável” para todas as outras. Além disto, a atuação na imprensa buscava melhorias nas escolas já existentes, denunciando:

Escolas sem apropriada mobília, organização pedagógica defeituosa (...) professores que formam a si próprios, ausência de método para o ensino, falta absoluta de um programa e livros para desenvolver a inteligência dos alunos, por toda parte desgosto, impaciência, desânimo... eis o que se encontra quase na totalidade de nossas casas de educação pública!³⁶

Os professores utilizavam diferentes tipos de publicações como espaços de reivindicações e luta, dentre as quais revistas “consagradas aos interesses do ensino e redigida por professores”, como *A Instrução Pública*,³⁷ *A Escola*,³⁸ conferências pedagógicas,³⁹ cartas e relatórios à Inspetoria Geral da Instrução Pública Primária, denunciando “a situação de penúria em que viviam” os professores.⁴⁰

Enfim, os professores demarcavam uma presença marcante através da imprensa, evidenciando a existência de uma organização no exercício do magistério já na segunda metade do século XIX, se apresentado como “categoria profissional”.⁴¹ Assim como os professores, muitos residentes dos subúrbios também utilizavam a palavra impressa como possibilidade de luta por melhorias nas condições de vida, reivindicando mais escolas e mais professores, como também, organizando-se de forma coletiva em associações em torno da elaboração de periódicos, bibliotecas, etc.

A experiência dos autores de livros didáticos de História do Brasil

Em um trabalho anterior, analisei livros didáticos de história cujos autores tinham em comum o fato de serem professores do Colégio Pedro II, e também, os livros adotados na referida instituição. Foi possível observar o trânsito dos autores analisados por diversas instituições da cidade compondo uma extensa rede de articulações. A relação entre instituições envolvidas na institucionalização do ensino foi mostrada principalmente entre o Colégio e o IHGB, sobretudo no que se refere aos projetos políticos de construção de uma memória histórica nacional.

Ampliando as questões no presente trabalho propus identificar quem eram os autores dos livros didáticos destinados ao ensino de História e a reconstituir as relações deles com o mercado editorial e o ensino de História, buscando recompor a rede de relações de poder da qual os livros são um dos elos.

As questões iniciais propunham conhecer quem eram os autores de livros didáticos, mas também compreender suas razões ou motivações para a produção desses livros: por que escrever livros didáticos? Quais os significados da escrita dos manuais para os autores? Ser autor de livro didático seria a mesma coisa para todos?

Analisando mais de perto a trajetória de alguns autores, e apesar do pertencimento a círculos comuns em muitos casos, constatei que os significados da escrita de livros didáticos de história do Brasil não eram os mesmos para todos. Deste modo, foram escolhidos para análise aqui apenas alguns autores, os mais emblemáticos a meu ver, para demarcar tais diferenças, atentando principalmente para os lugares sociais dos mesmos.

Sérvio Romero nasceu em Sergipe em 1851, tendo se formado em Direito na Faculdade de Recife. Foi jornalista combativo, com intensa atuação na imprensa, crítico literário, sociólogo, historiador. Em 1880

torna-se professor no Colégio Pedro II, depois de disputado concurso, defendendo a tese: “Da interpretação filosófica na evolução dos fatos humanos”. Dono de vasta produção bibliográfica, e já com notoriedade e prestígio na corte, escreve um livro didático voltado para as classes elementares.⁴²

Escrever livro didático para homens como Sílvio Romero representava não apenas a difusão de suas ideias a um público escolar, mas uma aproximação com “o povo,” uma vez que defendia uma aliança entre o “povo” e os “homens de letras” no Brasil.⁴³ Para ele, a missão dos “homens das letras” do país era regenerar a nação, cabendo aos mesmos a formação intelectual e cultural do “povo,” uma maneira de “tirá-lo do atraso e da ignorância, integrando-o à marcha da civilização”.⁴⁴ Por isto defendia a militância enquanto “um desdobramento de sua ação de escritor e professor”.⁴⁵

Assim como Sílvio Romero, Felisbelo Firmo de Oliveira Freire (1858-1916) nasceu em Sergipe. Formado em medicina, dedicou-se à política e a história, tendo exercido as atividades de médico, jornalista, parlamentar e político (foi ministro no Governo Floriano Peixoto). Sócio do IHGB e membro da Academia Sergipana de Letras, teve seu livro didático História do Brasil “Adotado pelo Conselho de Instrução da capital federal para uso das escolas públicas” e publicado pela Livraria Clássica Alves em 1896.

Também dono de vasta produção bibliográfica e exercendo inúmeras atividades, que incluíam a medicina e a criminalística, Afrânio Peixoto (1876-1947) defendia em seu livro didático para as classes elementares a necessidade de uma “educação cívica” na formação de uma nação, que não poderia se constituir sem a “educação do povo,” pois: “Os povos ignorantes e por isso imprevidentes abdicam de si nos outros e voltam-se à servidão e ao desaparecimento”.⁴⁶ Por isso, escrever livros seria investir no combate ao atraso e à falta de instrução do povo.

Para este autor, somente através do conhecimento das origens e tradições de um país, seria possível a superação da ignorância e o caminho a seguir era um só um: o “saber.”

Também formado em Direito, Joaquim Maria de Lacerda (1838-1886), nasceu no Rio de Janeiro, tendo sido membro da Arcádia Romana.⁴⁷ Dedicou-se também à educação e seu livro *Pequena história do Brasil para as classes elementares* foi reeditado por 80 anos, grande sucesso de vendas.

As trajetórias analisadas até aqui têm em comum o fato de serem experiências compartilhadas por “homens de letras”. Mas, será que todo autor de livro didático necessariamente fazia parte das instituições e meios de prestígio? Seriam todos eles “homens de letras”?

A localização de informações sobre outros autores de livros didáticos permitiu-me ampliar ainda mais o leque de significados desta experiência, que não era a mesma para todos, na medida em que a autoria de livros didáticos não era exclusividade apenas dos sujeitos pertencentes a meios de influência, (como o meio político), e prestígio, em instituições como Colégio Pedro II, IHGB, ABL, entre outras.

Muitos autores de livros didáticos se destacaram exatamente pelo exercício no magistério.

João Ribeiro era autor de uma vasta produção de livros didáticos de história do Brasil e de gramática. João Baptista Ribeiro de Andrade Fernandes nasceu em Laranjeiras, Sergipe (1860). Aos 21 anos veio para o Rio de Janeiro, onde se tornou Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1894.⁴⁸ Atuou como jornalista, escrevendo muitos artigos críticos para a imprensa, tendo sido também editor do almanaque Garnier e crítico no jornal *O Imparcial*. Todavia, foi na atividade do magistério onde mais ganhou notoriedade, dada a larga experiência como professor em escolas particulares, públicas e catedrático do Ginásio Nacional (Colégio Pedro II) nas cadeiras de História Civilização e do

Brasil, em função do que escreveu aproximadamente 15 títulos de obras didáticos História e gramática, recebendo muitos prêmios.

Pela trajetória de João Ribeiro, escrever livros didáticos era parte e fruto de sua renomada experiência como professor de história, o que incluía elaborar programas de ensino para as escolas, aperfeiçoar métodos de ensino e exposição, criticando e avaliando “bons livros didáticos” na imprensa, como muitas vezes fez no jornal O Imparcial e no Almanaque Garnier.

Assim como João Ribeiro, outros autores de livros didáticos se destacaram como professores do Colégio Pedro II, dentre os quais destaco Luís de Queirós Mattoso Maia e Joaquim Manuel de Macedo,⁴⁹ ambos médicos de formação e que escreveram livros didáticos intitulados Lições de História do Brasil a partir da experiência no magistério.

Luís de Queirós de Mattoso Maia nasceu no Rio de Janeiro, e como médico, atuou como cirurgião na Guerra do Paraguai.⁵⁰ Como professor de História no Colégio Pedro II, teve seu livro Lições de História do Brasil entre os mais indicados pelos programas de ensino (nos anos de 1882, 1892, 1895, 1898).⁵¹

Por sua vez, alguns autores se destacaram pela formação religiosa, dentre os quais destaco o Cônego Fernandes. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro nasceu em 1825, no Rio de Janeiro, e além de professor no Seminário Episcopal de São José, foi nomeado em 1857 professor de Retórica, Poética e Literatura Nacional do Colégio Pedro II, onde permaneceu até seu falecimento em 1876. Sua produção bibliográfica constitui-se em maioria de livros didáticos, em função de seu exercício no magistério.⁵²

Havia também muitos autores que escreviam livros didáticos como um complemento da atividade de professor em cursos preparatórios para exames, como faziam Raul Vila-Lobos (1862-1899) e Alfredo Moreira

Pinto (1848-1903).⁵³ O primeiro era “diplomado pelo Conselho Superior de Instrução Pública como habilitado a ensinar todas as matérias do curso de preparatórios,”⁵⁴ e o segundo, bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II, era “professor de geografia e história do curso preparatório, anexo à escola militar, que também leciona particularmente”, tendo escrito diversos compêndios e pequenos livros para facilitar os exames de instrução pública.⁵⁵

Contudo, para muitos a autoria de livros didáticos era apenas uma fonte de renda, sem possibilidade de projeção e reconhecimento, pois eram “autores anônimos” que apenas “prestavam serviço” a um autor de “renome” ou mesmo a uma editora, corrigindo as reedições.

Em o Ateneu, publicado originalmente em 1888 no jornal *Gazeta de Notícias*, Raul Pompéia, que foi aluno do Colégio Abílio, ficcionaliza uma experiência que poderia ser comum na época, a autoria “anônima de livros didáticos”:

O Dr. Aristarco Ângelo de Ramos, da conhecida família do visconde de Ramos, do Norte, enchia o Império com o seu renome de pedagogo. Eram boletins de propaganda pelas províncias, conferências em diversos pontos da cidade, a pedido da instância, atochando com imprensa dos lugares, caixões, sobretudo de livros elementares, fabricados às pressas com o ofegante e esbaforido concurso de professores prudentemente anônimos, caixões e mais caixões de volumes cartonados em Leipzings, incluindo as escolas públicas de toda a parte com a sua invasão de capas azuis, parte róseas, amarelas, em que o nome de Aristarco, inteiro e sonoro, oferecia-se ao pasmo venerados esfaimados de alfabeto dos confins da pátria.⁵⁶

Abílio Borges, o Barão de Macaúbas afirmava ter uma grande preocupação com circulação de livros didáticos por todo o país, o que teria pessoalmente feito por mais de 40 anos. Por sua vez, “Aristarco Ramos” também espalhava pelos confins do país milhares de livros, todavia, Raul Pompéia emprega a esta prática um tom de crítica, uma vez

que tais livros seriam elaborados às pressas por terceiros, mas atribuídos ao renomado dono de colégio.

Existiam também professores de freguesias afastadas das “áreas nobres” da cidade do Rio de Janeiro, que muitas vezes, solicitavam ajuda para financiar as publicações a órgãos públicos, podendo esta solicitação ser aceita ou não:

Do Inspetor Geral interino: Comunica que o professor da terceira Escola da Freguesia de Santana pede autorização para desprender (...) até a quantia de 300\$ com a impressão de mil exemplares das cartas do sistema ba-ca – da –fa.⁵⁷

É importante observar que o nome do autor é ignorado pelo comunicado, o que não ocorre quando se trata de um autor professor de instituições como o Colégio Pedro II. Além disso, pude constatar que a autoria de livros didáticos não era um privilégio apenas masculino, pois localizei livros didáticos escritos por mulheres, como Guilhermina de Azambuja Neves, que além de professora, era dona do Colégio Azambuja Neves, e autora de livros didáticos diversos.⁵⁸

Localizei também autoras de livros didáticos de História, como Maria Emília Leal que publicou Pequena história sagrada para a infância, obra premiada para a Instrução Elementar, e também autora de Rudimentos de História Universal, além de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, natural de Minas Gerais, autora do livro Resumo da História do Brasil para uso das escolas primárias, publicado em Boston, em 1888,⁵⁹ que também era proprietária de colégio para meninas no Rio de Janeiro.⁶⁰

Talvez o número de autoras possa ser maior pois era elevado o número de mulheres atuando no magistério público, que cresceu significativamente a partir da segunda metade do século XIX. Se em 1871, elas representavam cerca de 1/3 do professorado primário, no final dos anos 1880, passaram a ser maioria.⁶¹ O que é fruto da luta das

mulheres no sentido de conquistarem direitos e participação política. Autoras como Nísia Floresta faziam uso da literatura, da instrução e da imprensa para criticar a posição da mulher na sociedade, além da reivindicar em prol da disseminação da instrução feminina. Se não é possível afirmar que ela foi a regra também não se pode dizer que representou uma exceção.⁶²

Na pesquisa localizei pistas de um significativo e crescente número de mulheres ocupando cargos na Instrução Pública ou como proprietárias de estabelecimentos de ensino, voltados em grande medida para a instrução feminina, conforme já indicado neste trabalho. Muitas também se dedicaram à produção de obras didáticas de leitura e geografia e/ou voltadas para a questão do ensino.

Além disso, outro aspecto que também chama atenção na análise dos autores foi o momento em que nasceram, uma vez que nem todos eram de meados ou finais do século XIX. Houve casos de autores nascidos em inícios do século do século XIX, como José Maria Velho da Silva (1811) e Antônio Álvares Pereira Coruja (1806-1889).

Antonio Coruja nasceu em Porto Alegre, e seria filho de pais pobres, atuando para o próprio sustento como professor de primeiras letras, sendo o seu primeiro emprego o cargo de professor em uma escola pública, mantendo a noite, aulas particulares.⁶³ Ocupou também o cargo de tesoureiro no IHGB, e em 1840, fundou sua primeira escola, o Liceu Minerva. Além dos seus vários livros didáticos publicados,⁶⁴ atuou como presidente da Sociedade Imperial Amante da Instrução, além de ter sido político.

Já a partir das primeiras décadas do século XX o perfil do autor de livro didático muda, pois há casos de autores “especialistas” neste tipo de publicação. Este era o caso de Mario da Veiga Cabral,⁶⁵ cuja produção de obras didáticas é muito maior que publicações de outro gênero, o que talvez evidencie que o sentido de escrever livros didáticos para este fosse

mais importante do que para outros autores reconhecidos como importantes “homens de letras” do país, como Afrânio Peixoto e Sílvio Romero.

Tendo vivido até 1969, Mario da Veiga Cabral é autor de muitos livros didáticos de história, geografia, corografia e até livros de leitura, para as classes elementares, com muitas reedições. Escreveu seu primeiro livro didático muito jovem, aos 21 anos, e não parou mais. Muitos de seus livros alcançaram a marca de 30 edições, com milhares de tiragens. Em 1942, já tinha publicado mais de 22 títulos diferentes de livros didáticos, dentre os quais 5 destinados ao ensino de História do Brasil.⁶⁶

Para autores como Mario da Veiga Cabral, escrever livros didáticos parece ter se constituído uma profissão e não mais como uma de muitas “especialidades literárias”. Sua especialidade era exatamente esta, escrever livros didáticos, daí veio seu renome e projeção como professor, e não o contrário, como João Ribeiro, Luis Queirós de Mattoso Maia, dentre outros.

Assim como a autoria de livros didáticos, (e dos livros didáticos de história do Brasil) não se limitava mais apenas aos homens ou ao “mundo das letras”, também escrever e publicar um livro didático não devia ter o mesmo significado para todos.

Nesta perspectiva, podemos vislumbrar a escrita do livro didático dentro de um universo social de embates e disputas, em diversas instâncias: políticas, sociais, de mercado, pois para muitos, publicar um livro era uma árdua tarefa, seja pelas poucas “habilitações” do autor, que muitas vezes, não era um “especialista” no que escrevia, seja pelo pouco tempo disponível para escrever, como admitia Joaquim Manuel de Macedo: “Que fosse esse, a extensão relativamente demasiada o principal senão desta obra!(...) Certo é porém que em poucos meses e com as fracas habilitações de que dispõe ele é tudo quanto se podia exigir do seu mais consciencioso e dedicado esforço”.⁶⁷

Diferentes também eram os caminhos e lutas para publicar um livro, e em se tratando de uma primeira obra de um autor ainda “anônimo” e com poucas referências, o caminho era árduo, nem todos conseguiam obter o financiamento da Diretoria de Impressões Autorizadas. Muitos autores inclusive, pagavam pela primeira publicação, saída dos prelos de tipografias.

Já aqueles pertencentes ao quadro efetivo de instituições públicas recebiam, uma indenização pelo pagamento de suas publicações de caráter didático:

Solicitação de credito de 10:300 \$, ao Ministério da Justiça , para indenizar o lente do Ginásio Nacional João Ribeiro, da despesa feita com a publicação de suas obras - História do Brasil e Historia do Oriente e da Grécia.⁶⁸

Do Sr. Presidente da Republica, pedindo o credito de 13.974\$ ao Ministério do Interior, para indenização ao Sr Sylvio Romero pela publicação de sua obra Historia da literatura Brasileira.⁶⁹

É interessante observar como nestes casos os autores – ambos já reconhecidos e com atividades profissionais estáveis e bem remuneradas – adiantavam os pagamentos dos custos com edição e impressão dos livros didáticos e só depois eram ‘indenizados’ pelo governo federal.

Já a necessidade de oferecer referências via qualificação dos seus autores pode ser avaliada por meio da apresentação de listas de premiações em concursos, exposições, nas indicações das reedições sucessivas de algumas obras, na circulação nos principais jornais de resenhas, nos catálogos, que enchiam páginas dos livros didáticos a cada nova edição. Estas eram as principais estratégias de divulgação dos livros e indicam também os espaços institucionais que serviam ao reconhecimento social de um bom autor de livros didáticos. Podemos evidenciar a preocupação com a distinção obtida pelos autores na

demarcação de limites entre a autoria de livros e atuação no magistério, uma vez que esta não era uma realidade comum a todos os docentes.

Considerações finais

Do processo de abertura de escolas e investimento em livros didáticos, a publicação de manuais escolares teve distintos sentidos para os diferentes sujeitos históricos em questão. Para muitas professoras, conforme a trajetória de algumas demonstra, o sentido era de luta. Para muitos intelectuais, a falta de instrução do povo não fazia o país “avançar culturalmente,” fazendo com que a boa literatura do país interessasse a poucos, sendo poucos ainda os que sobreviviam única e exclusivamente “da pena”, tendo o escritor a necessidade de exercer mais de uma atividade, pois “os intelectuais viam-se compulsoriamente arrastados para o jornalismo, o funcionalismo ou política”. A escrita de livros didáticos para muitos autores era um caminho para atingir o progresso, uma vez que a instrução e a leitura seriam os meios para que o país superasse “o analfabetismo quase que total da população”⁷⁰ o que impedia por sua vez, “o desenvolvimento de um amplo mercado editorial”.⁷¹

Dentre os editores, muitos alegavam investir em livros didáticos exatamente pela “importância da instrução” para a formação povo. Editores como Francisco Alves foi um dos que levantaram a bandeira publicação de livros didáticos enquanto “um serviço” à nação, tendo sido inclusive, além de editor, autor de diversos livros didáticos, com os seguintes pseudônimos: Francisco de Oliveira; F de Oliveira; Guilherme do Prado.

Conforme apuramos, por volta de 1870 a questão instrução já ocupava os Relatórios do Ministério do Império e da Inspetoria Geral de Instrução Pública da Corte, evidenciando-se um aumento no número de escolas e alunos matriculados. Com o advento da República, as

expectativas em torno da ampliação dos direitos de cidadania se intensificaram ainda mais.

Tal expansão do ensino pode ser compreendida dentro das discussões sobre a idéia de cidadania no Brasil, principalmente na relação defendida por muitos entre educação e formação do cidadão. Mas que cidadania era esta? Seria apenas idéia ou formalismo? Ou seria expansão de direitos sociais básicos anunciados sobretudo com a República?

O direito ao voto, por exemplo, permaneceu atrelado ao domínio das letras, o que tornava a oferta de instrução ainda mais urgente, estando na ordem do dia nas discussões constituintes,⁷² na imprensa e nos anúncios de divulgação de escolas, condição básica para ser “cidadão”.⁷³

Assim, o impedimento de mulheres, analfabetos, dentre outros, da participação no processo eleitoral no país não impediu o processo de luta desses sujeitos no sentido de ampliar direitos e de participar da vida política, em busca de uma cidadania plena, o que só fez aumentar o número de iniciativas de instrução popular, bem como aumento das pressões destes sujeitos “excluídos”. Neste sentido, discordo das perspectivas defendidas por José Murilo de Carvalho, que afirma que “a exclusão de 80% da população do direito político de voto já é um indicador do pouco que significa o novo regime em termos de ampliação da participação”.⁷⁴

Para este autor, a República teria “tropeçado” ao criar um sistema político “sem sujeito, sem povo”, pois este apenas assistiu “bestializado” aos processos decisórios deste novo regime, sem participação:

O mais grave é que o retrocesso foi duradouro. A Proclamação da República, em 1889, não alterou o quadro. A República, de acordo com seus propagandistas, sobretudo aqueles que se inspiravam nos ideais da Revolução Francesa, deveriam representar a instauração do governo do país pelo voto, por seus cidadãos, sem interferência dos privilégios monárquicos. No entanto, apesar das expectativas levantadas entre os que tinham sido excluídos pela lei de 1881, pouca coisa mudou com o

novo regime (...). A principal barreira ao voto, a exclusão dos analfabetos, foi mantida. Continuavam também a não votar as mulheres, os mendigos, os soldados, os membros das ordens religiosas.⁷⁵

Ao contrário disto, muitas foram as estratégias de luta destes sujeitos. O domínio das letras e o acesso à instrução foi um deles. A existência e acesso aos livros didáticos foi um dos caminhos para tanto, o que se tornaria inviável se não existisse um mercado editorial em expansão.

Escrever livros didáticos evidenciou, em certa medida, o espaço que seus autores ocupavam neste circuito. Este espaço, ao meu ver, requeria negociação e um jogo de prestígio e distinção social, uma vez que o que gabaritava um autor a publicar livros em “grandes editoras” era exatamente o seu “currículo,” suas atividades e “status,” o que garantiria uma certa credibilidade, garantindo assim, maior possibilidade de aceitação diante do público e da crítica. O reforço em demarcar os círculos dos autores pode ser interpretado também como mais um indício de que nem todo autor de livro didático advinha de círculos e meios de influência.

Sobre essa necessidade de “referências” do autor, nota-se um grande destaque nas capas ou contracapas à origem do autor, sua experiência no magistério, sobretudo nos colégios Pedro II, Escola Normal ou Escola Militar ou a propriedade de escolas. Dava-se atenção também às outras produções do autor, bem como às instituições de atuação em pesquisa, como IGH, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, entre outras instituições consideradas padrão na época. A experiência no magistério também pesava para algumas editoras.

Por mais que muitos autores alegassem produzir seus manuais a partir dos pedidos ou das necessidades surgidas em sala de aula, nem todos os professores tiveram seu material publicado. A prática de autoria de livros didáticos não se ampliou a todas as realidades escolares, uma

vez que os livros didáticos voltavam-se muitas vezes, ao próprio processo de formação e auxílio dos professores em sala de aula.

Assim, suponho que os usos e processos de elaboração dos livros destinados ao ensino foram se modificando ao longo do tempo, em função das transformações nas relações sociais que o produziam. Escrever livros didáticos, pelo que a análise da trajetória de alguns autores mostrou, fez parte de um processo mais amplo de transformações na educação e na cultura letrada. Ser autor de um livro didático não era a mesma coisa para todos: para um professor de uma afastada freguesia, tinha um sentido, para um bacharel atuante no centro urbano, outro, o que era diferente em muita medida, para uma professora primária.

Para alguns, escrever livros didáticos era fruto da distinção social, sendo mais uma das atividades profissionais exercidas no sentido de maior prestígio e projeção, enquanto que para outros, era um dos instrumentos na luta por melhorias no ensino, ampliação da instrução, podendo ser ainda, mais uma fonte de renda, além de representar alguma melhoria nas condições do próprio trabalho e de vida.

* Doutora e professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História (UFMT). E-mail: alexandralima1075@gmail.com

¹ BITTENCOURT, C. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar.** Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, Brasil, 1993.

² GASPARELLO, A. **Construtores de identidades: os compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920).** Doutorado, PUC-SP, São Paulo, Brasil, 2002.

³ MEDRANO, L. et al. O compêndio de história da América de Rocha Pombo. Uma apreciação crítica. **Notícia bibliográfica e histórica**, Jul/set. 2003. LUCCHESI, F. **A história como ideal: reflexões sobre a obra de José Francisco da Rocha Pombo.** Mestrado, USP, São Paulo, Brasil, 2004. SILVA, A. L. da. **Escritas de viagem, escritas da história: estratégias de legitimação de Rocha Pombo no campo intelectual.** Doutorado, UERJ, Rio de Janeiro, Brasil, 2012.

⁴ HANSEN, P. dos S. **Feições e fisionomia: a história do Brasil de João Ribeiro.** Rio de Janeiro: Acess, 2000. MELO, C. B. de. **Senhores de História: a construção do Brasil em 2 manuais didáticos de história da segunda metade do século XIX.** Doutorado, FAE/USP, São Paulo, Brasil, 1997.

⁵ MATTOS, S. **O Brasil em Lições de Joaquim Manuel de Macedo: A história do ensino de história do Brasil através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo.** Mestrado, FGV, Rio de Janeiro, Brasil, 1993.

⁶ CABRINI, C. A. **Memória do livro didático.** Os livros de leitura de Felisberto Rodrigues de Carvalho. Mestrado, USP, São Paulo, Brasil, 1994. A autora faz uma análise dos cinco livros de leitura de Felisberto Rodrigues de Carvalho, publicados pelas editoras Francisco Alves, Garnier e Serafim Alves.

⁷ THOMPSON, E. P. **Os românticos: A Inglaterra na era vitoriana.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 31.

⁸ CRUZ, H. de F. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana. 1890-1915.** São Paulo: EDUC/FAPESP/Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial de São Paulo, 2000, p. 36.

⁹ SCHUELER, A. F. **Forma e culturas escolares: práticas, representações e experiências de profissionalização docente em escolas públicas primárias na cidade do Rio de Janeiro (1870-1890).** Doutorado, UFF, Niterói, Brasil, 2002.

¹⁰ COUTO, P. **Pontos de história do Brasil.** Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1920. [2ª Ed.] Grifos meus.

¹¹ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa III.** A força dos trabalhadores: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹² MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001, pp. 179-181.

¹³ THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

¹⁴ CHESNEAUX, J. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1976, p. 24.

¹⁵ SARLO, B. A história contra o esquecimento. In: SARLO, B. **Paisagens imaginárias.** São Paulo: Edusp, 1997, p. 42.

¹⁶ Conforme pontuado por MACIEL, L. A. “o povo não sabe ler” a uma história dos trabalhadores da palavra. In: MACIEL, L. A. et al. **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d’Água, 2006, p. 224.

¹⁷ *ibid.*, p. 212.

¹⁸ Sobre a relação cultura letrada/cidade, uma importante referência é o trabalho de Heloísa de Faria Cruz, centrado na cidade de São Paulo. CRUZ, H. de F. *op. cit.*

¹⁹ Recenseamento do Rio de Janeiro, 20/11/1906. *apud.* DAMAZIO, S. **Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1996, p. 125.

²⁰ Exemplos desses debates podem ser encontrados em: AUGUSTO, J. Reforma do ensino: pedido de transcrição do artigo: “Pela educação popular”, do Sr Carneiro Leão. **Anais da Camara dos Deputados**, vol. 18, 1915. p.99. BONIFÁCIO, J. Medidas contra o analfabetismo. **Anais da Camara dos Deputados**, vol. 19, 1915, p. 193, 198, 191 e 196. DÓRIA, F. **A Instrução**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877. (Discursos na Câmara dos Deputados).

²¹ DAMAZIO, S. *op.cit.*, pp. 125-126.

²² SCHUELER, A. F. M. de. **Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro**: representações, experiências e profissionalização docente em escolas públicas primárias. Doutorado, UFF, Rio de Janeiro, Brasil, 2002, p. 52.

²³ DAMAZIO, S. *op.cit.*, p. 128.

²⁴ ALMEIDA, J. R. de. **História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)**. São. Paulo: INEP/PUC-São Paulo, 1989.

²⁵ Anúncio do Colégio da Imaculada Conceição. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1880. p. 634.

²⁶ MARTINEZ, A. F. *op. cit.*, p. 18.

²⁷ **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial**. Rio de Janeiro: E & H Laemmert, 1889. p. 1635.

²⁸ **Almanak Administrativo,**, 1882, pp. 1730-1736.

²⁹ MENDONÇA, L. C. A. de. **Outras memórias e histórias**: cultura letrada e redes de comunicação social no Rio de Janeiro, 1870-1920. Relatório final do projeto de Mestrado, UFF, Niterói, 2007, p. 8.

³⁰ **Almanak Administrativo,**, 1882, pp. 1730 - 1761.

³¹ **Almanak Administrativo,**, 1848, p. 226.

³² **Almanak Administrativo,**, 1890, p. 623.

³³ **Catálogo da Livraria Garnier**. Rio de Janeiro: Garnier, 1877.

³⁴ ALVES, I. **Vida e obra do Barão de Macaúbas**. Rio de Janeiro: Edições Infância e Juventude, 1936.

³⁵ A partir de meados do século XIX, existiam muitas premiações e exposições nacionais e internacionais de cunho “didático”, visando principalmente, melhorias no ensino. Eram concedidos prêmios a livros didáticos, inovações pedagógicas, dentre outros. Cf: KUHLMANN JÚNIOR, M. **As grandes festas didáticas**: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bauru: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

³⁶ **A Instrução Pública**, nº 1, 13/04/1872.

-
- ³⁷ **A Instrução Pública. Publicação Hebdomadária**, 1872.
- ³⁸ **A Escola. Revista Pedagógica Mensal**, Janeiro de 1877 - dezembro de 1878.
- ³⁹ **Conferência Pedagógica dos Professores Públicos Primários da Corte. (Trabalho na 7ª)**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.
- ⁴⁰ **INSTRUÇÃO PÚBLICA**, por diversos professores públicos. Rio de Janeiro: 1871. Julio Villeneuve e Cia. (Manifesto dos professores públicos de Instrução Primária da Corte ao Imperador, ao Primeiro Ministro, sobre a situação de penúria em que viviam).
- ⁴¹ SCHUELER, A. Representação da docência na imprensa pedagógica na corte imperial (1870-1889): o exemplo da Instrução Pública. **Educação e Pesquisa**, vol. 31, n° 3, set/dez. 2005, pp. 379-390.
- ⁴² ROMERO, S. **A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1890.
- ⁴³ ROMERO, S. Mensagem dos homens de letras do Rio de Janeiro ao Governo Provisório da República do Brasil. In: ROMERO, S. **Novos estudos de literatura contemporânea**. Paris: Garnier, 1898, p. 25.
- ⁴⁴ MOTA, M. A. R. **Sílvio Romero: Dilemas e combates no Brasil da virada do século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 18.
- ⁴⁵ *ibid.*, p. 42.
- ⁴⁶ PEIXOTO, A. **Minha terra e minha gente**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.
- ⁴⁷ BLAKE, S. **Dicionário Bio-bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, pp. 193-195.
- ⁴⁸ GASPARELLO, A. *op.cit.*, p. 220.
- ⁴⁹ Sobre Joaquim Manuel de Macedo, ver: MATTOS, S. **O Brasil em Lições de Joaquim Manuel de Macedo**. A história do ensino de história do Brasil através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo. Mestrado, FGV, Rio de Janeiro, Brasil, 1993.
- ⁵⁰ GASPARELLO, A. *op.cit.*, p. 133.
- ⁵¹ VECHIA, A. ; LORENZ, K. M. (Org.). **Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira. 1850-1951**. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.
- ⁵² Dentre os quais cito as várias edições de *Episódios da história pátria*, contados à infância, publicadas pela Livraria Garnier a partir de 1860.
- ⁵³ BLAKE, S. *op.cit.*, pp. 103-105, pp. 60-61.
- ⁵⁴ Raul Villa-Lobos escreveu para concursos: *Pontos de história do Brasil*, sendo a 1ª edição em 1887. A quarta edição “correta e aumentada” vinha ornada com 21 gravuras e 191 páginas. Cf: BLAKE, S. *op.cit.*, pp. 103-105.
- ⁵⁵ Alfredo Moreira Pinto publicou: *Pontos de história do Brasil, 1876*; *Pontos de história antiga*; *Biblioteca Popular*; *Pontos de história média*; *Pontos de história moderna*. Cf: BLAKE, S. *op.cit.*, pp. 60-61.
- ⁵⁶ POMPÉIA, R. **O ateneu**. Crônica de saudades. Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, 1888. [1ª Ed] p. 2.
- ⁵⁷ **Segunda Diretoria de Impressões autorizadas**, Rio de Janeiro, 1875. p. 27.
- ⁵⁸ NEVES, G. de A. (Professora Pública Primária no Rio de Janeiro). **Método Intuitivo para ensinar a contar**. Rio de Janeiro, 1881.

NEVES, G. de A. **Método brasileiro para o ensino da escrita**. Rio de Janeiro, 1882.

⁵⁹ BLAKE, S. op.cit., p. 231.

⁶⁰ Para maiores aprofundamentos sobre esta autora, ver: CHAMON, C. S. **Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora**. Doutorado, UFMG, Belo Horizonte, Brasil, 2005.

⁶¹ SCHUELER, A. op.cit., p. 60.

⁶² BERNARDES, M. T. C. C. **Mulheres de ontem?** Rio de Janeiro, século XIX. SP: T A Queiroz Editor, 1988. Esta autora traz um levantamento de mulheres atuando no magistério, na imprensa, dirigindo de escolas, publicando livros, proprietárias de escolas, enfim, mulheres atuando nas mais diversas áreas da vida social.

⁶³ LAZZARI, A. **Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860 – 1910)**. Campinas: Unicamp, 2004.

⁶⁴ Entre os quais: CORUJA, A. Á. P. **Lições de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia de M. Gomes Ribeiro, 1855. **Lições de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia de M. Gomes Ribeiro, 1857. **Lições de História do Brasil**. RJ: Tip. Esperança, 1869. **Lições de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Tip. Esperança, 1873. **Lições de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Tip. do Figaro, 1877. **Aritmética para meninos**, contendo unicamente o que é indispensável, e se pode ensinar nas escolas de primeiras letras. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Tip. brasiliense de M. G. Ribeiro, 1854.

⁶⁵ Mario da Veiga Cabral nasceu no Rio de Janeiro em 1894, e faleceu em 1969. Engenheiro agrimensor e geógrafo, foi também professor no Ginásio 28 de setembro, no Liceu Rio Branco e no Instituto de Educação. CABRAL, M. da V. **Corografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1957.

⁶⁶ CABRAL, M. da V. **Segundo livro de leitura**. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho, 1942. [15ª Ed.]

⁶⁷ MACEDO, J. M de. **Noções de Corografia do Brasil**, para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II. Rio de Janeiro: B L Garnier, 1877.

⁶⁸ **ANAIIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS**, vol. 10, 1902, p. 48.

⁶⁹ Idem, vol. 6, 1903, p. 151.

⁷⁰ O combate ao analfabetismo era tido como guerra para alguns, conforme apreendemos de anúncios como este: “Guerra ao analfabetismo. Todos devem saber ler. Assombroso método de Ensino Racional de Leitura. J S Castro Editor, Rua do comércio, 46, Rio de Janeiro”. **O Malho**, nº 331, 16/01/1909.

⁷¹ SEVCENKO, N. **Literatura como missão**. São Paulo: Cia das Letras, 2003. p. 128.

⁷² CURY, C. R. J. **Cidadania republicana e educação: Governo provisório do Mal Deodoro e congresso constituinte de 1890-1891**. Rio de Janeiro: DP& A Editora, 2001.

⁷³ Conforme anúncios diversos como este: Ler para votar- o conhecido professor Alexandre Rield está abrindo um curso noturno, gratuito, para quem quiser aprender a ler e preparar-se para votar nas próximas eleições. **O Estado de São Paulo**, 1889, p. 3.

⁷⁴ CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 85.

⁷⁵ CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 39.

Data de envio: 25/11/2014

Data de aceite: 02/12/2014